



Comissão Mista de Orçamento vive nova disputa em torno do relatório de Merss (E)

Votação do Orçamento depende de acordo sobre a Lei Kandir

Os estados exportadores pressionam suas bancadas no Congresso para elevar o valor do ressarcimento a que têm direito. Os governadores desses estados estão inconformados com o relatório do Orçamento de 2006, divulgado na quarta-feira.

O deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA) informou, ontem, que pelo menos quatro governadores já avisaram que não aceitam os R\$ 3,4 bilhões reservados pelo relator-geral, Carlito Merss (PT-SC), para compensar as perdas com as isenções do Imposto sobre Circulação

de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações. No ano passado, foram negociados repasses da União no total de R\$ 5,2 bilhões.

Vale, que foi o relator setorial que cuidou do assunto, protestou contra o descumprimento do acordo firmado na Comissão Mista de Orçamento para que Merss assegurasse mais R\$ 1,8 bilhão para a chamada Lei Kandir na fase do seu parecer final. O relator informou que, para chegar a essa quantia, terá que cortar as emendas dos parlamentares no mesmo valor.

Efraim Morais admite que trabalhos se prolonguem para depois de 25 de abril caso não sejam resolvidas pendências como quebra de sigilo e depoimento

CPI dos Bingos poderá prorrogar atividades



Efraim: CPI deve apresentar relatório transparente e conclusivo

O início de março será movimentado na CPI dos Bingos, segundo o presidente da comissão, Efraim Morais. O senador anunciou que irá explicar ao ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal, a importância da quebra de sigilo do empresário Roberto Kurzweil, que alugou automóveis ao PT em 2002. A providência, disse Efraim, é fundamental para esclarecer o caso da suposta utilização de dólares procedentes de Cuba na campanha petista de 2002. Outra pendência é a tomada do depoimento de Nelma Cunha, proprietária da Havaí Câmbio Turismo, de Santo André. A CPI também poderá reconvocar Ademirson Ariovaldo da Silva, secretário do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Foram identificadas 70 ligações telefônicas entre Ademirson e Marcelo Franzine, ex-diretor da Leão Leão, empresa suspeita de ter pago propina à prefeitura de Ribeirão Preto na gestão Palocci. **Página 3**

Congresso comemora Dia da Mulher com entrega de prêmio

Atuação destacada em defesa da cidadania e dos direitos humanos e políticos da mulher brasileira é reconhecida com a concessão do Diploma Bertha Lutz, durante sessão solene do Congresso Nacional no próximo dia 9. **Página 2**

ELIZABETH TEIXEIRA é dirigente camponesa e viúva de João Pedro Teixeira, fundador da Liga Camponesa de Sapé (PB).



GERALDINA PEREIRA teve o marido, o sindicalista João Canuto, e dois filhos assassinados em razão dos conflitos no campo.



ROSMARY CORRÊA, hoje deputada estadual em São Paulo, criou a primeira delegacia de polícia em defesa da mulher.



RAIMUNDA PUTANI é pajé do grupo indígena yawanawa, que divide seu território no rio Gregório (AC) com os katukinas.

Durante sessão, serão homenageadas com o prêmio Bertha Lutz cinco mulheres que se destacaram na defesa da cidadania e dos direitos humanos e políticos da mulher brasileira

Congresso celebra em 9 de março o Dia Internacional da Mulher

Com uma sessão solene no Plenário do Senado, o Congresso Nacional comemora em 9 de março o Dia Internacional da Mulher. Na ocasião, será entregue o prêmio Bertha Lutz 2005/2006 a cinco mulheres que se destacam na defesa da cidadania e dos direitos humanos e políticos da mulher brasileira. A presidente do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz na Casa é a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT).

O Dia Internacional da Mulher, celebrado oficialmente em 8 de março, foi instituído, em 1975, pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de reverenciar o episódio trágico ocorrido nos Estados Unidos, em 1857, quando 129 operárias de uma fábrica têxtil morreram carbonizadas



num incêndio, no momento em que faziam greve por melhores condições de trabalho.

Serão agraciadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz a pajé do grupo indígena yawanawa Raimunda Putani; a dirigente camponesa Elizabeth Teixeira; a sindicalista Geraldina Pereira; a economista e pedagoga Jupyra Ghedini; e a deputada estadual

Rosmary Corrêa, que criou e dirigiu a primeira delegacia de polícia em defesa da mulher.

Bertha Lutz

Filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista e pioneiro da medicina tropical Adolfo Lutz, Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo, em 1894. É conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras.

Formada em Biologia pela Sorbonne, empenhou-se pela adoção do voto feminino e criou, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Bertha assumiu, em 1936, uma cadeira na Câmara dos Deputados, em razão da morte da titular, marcando sua atuação com propostas de mudança na legislação referente ao trabalho da mulher e do menor.

Parlamento do Mercosul começa a atuar em 2007

As primeiras sessões plenárias do Parlamento do Mercosul deverão ocorrer a partir de maio de 2007, segundo decisão adotada no início da semana, em Montevídeu, durante reunião dos presidentes das seções nacionais da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), encerrada na terça-feira.

O período de maio a dezembro do próximo ano é dedicado à quarta e última etapa do processo de instalação do futuro órgão legislativo regional. Além das sessões plenárias, passarão a ocorrer regularmente, nessa etapa, as reu-

niões de comissões permanentes. Está prevista ainda para o período a aprovação do regimento interno do novo organismo.

A primeira etapa da agenda de instalação do Parlamento do Mercosul, nos meses de fevereiro a junho deste ano, tem como objetivos a incorporação às legislações nacionais do protocolo de criação do novo organismo e a definição de sua sede e de sua estrutura de funcionamento. Será ainda determinado o orçamento para instalação e funcionamento.

A principal meta da segunda etapa, que vai de julho a de-

zembro de 2006, é a instalação do Parlamento do Mercosul, com a realização de sua sessão inaugural. Também ocorrerão no segundo semestre a seleção e incorporação do pessoal inicial e os primeiros aportes financeiros para a instalação do parlamento.

A terceira etapa da agenda, entre janeiro e abril de 2007, será marcada por providências formais, como a aquisição de equipamentos e a incorporação, às legislações nacionais dos quatro países, do acordo que definirá a sede do Parlamento do Mercosul, em Montevídeu.

Comissão analisa projeto que cria juizados especiais da fazenda

Os brasileiros poderão passar a contar com juizados especiais da fazenda pública, a exemplo dos já conhecidos juizados especiais cíveis e criminais, e dos juizados especiais federais. A proposta, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), deve ser votada, em decisão terminativa, na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), marcada para o dia 8.

O projeto (PLS 118/05) prevê a criação de juizados especiais da fazenda pública nos estados, Distrito Federal e municípios, com competência para apreciar causas em que sejam réus pessoas jurídicas vinculadas aos poderes



Roosevelt Finheiro

Projeto de Valadares visa beneficiar pessoas que se sintam lesadas pelo fisco

públicos estadual, municipal e do DF, até o valor de 60 salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

Valadares esclarece que seu projeto visa beneficiar as pessoas que se sentirem lesadas pela administração pública.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão de hoje é destinada a debates

A sessão de hoje, às 9h, é dedicada a pronunciamentos de parlamentares, sem a análise de projetos. Na quinta e sexta-feira da próxima semana, as sessões também serão não-deliberativas. O Plenário retomará as votações na terça-feira depois do Carnaval, quando os senadores discutirão seis medidas provisórias que trancam a pauta.

Visitas guiadas pelo Congresso durante o Carnaval

Durante o feriado de Carnaval, o calendário de visitas guiadas ao Congresso se altera apenas na quarta-feira de cinzas, quando os passeios só começarão depois das 13h30. Nos outros dias, as visitas continuam funcionando normalmente, ou seja, a cada meia hora entre as 9h30 e as 16h30. O *tour* começa no Salão Negro e permite que os participantes conheçam as principais instalações, inclusive o Plenário.

115 anos de Constituição

A Rádio Senado apresenta, às 20h de hoje, reportagem especial sobre os 115 anos da primeira Constituição da República brasileira, promulgada em 1891. O programa terá reprises amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

Atendimento ao cidadão

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação na Casa. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 612210. E ainda pelo correio eletrônico alosenado@senado.gov.br

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.-. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Mão Santa e Paulo Paim e pela senadora Heloísa Helena

Arthur Virgílio diz que PSDB vai processar o presidente Lula no TSE

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, informou que o seu partido está entrando com duas novas representações junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As alegações serão de uso da máquina pública e antecipação de campanha eleitoral.

Segundo o senador, as ações são motivadas por declarações do presidente feitas em palanques “onde inaugura obras e faz promessas que não sabe se cumprirá”. Ele disse que a legenda analisa a possibilidade de enquadrar o presidente na Comissão de Ética Pública, órgão ligado à Presidência criado em 1999 para investigar atos de autoridades que descumpram as normas do Código de Conduta.

Virgílio reportou-se ao editorial de ontem do jornal *O Estado de S. Paulo*, que reproduz declarações de Lula consideradas pelo veículo de comunicação “como uma sinalização de que o presidente usa a máquina do Estado para tentar sua reeleição”. Na matéria, frisou o senador, é avaliado que Lula promete obras para 2008 e para anos consecutivos, como se previsse que será reeleito.

– Já temos sete ações contra Lula e, numa delas, ele foi condenado a multa de R\$ 30 mil. Se for condenado em sete, terá que recorrer ao Paulo Okamoto [presidente do Sebrae, que, na CPI dos Bingos, declarou ter pago

em 2004 uma dívida de R\$ 29,4 mil que Lula tinha com o PT] para pagá-las – acrescentou.

O parlamentar ainda criticou Lula por atacar a elite, mas se juntar a ela nos palanques das inaugurações de obras em suas viagens, e pelo fato de o presidente ter afirmado ser normal um político fazer campanha 365 dias por ano. Lula também disse que o povo, nas ruas, compreende as ações de seu governo, lembrou o senador. Arthur Virgílio, no entanto, afirmou que também chega às ruas a corrupção que está sendo investigada pelas CPIs.

O senador considera que as falas do presidente “são flatulências políticas”, mas disse concordar quando Lula declara que o PSDB está parecendo com o PT dos anos 80.

– Gostaria muito que meu partido se transformasse no PT dos anos 80, longe da corrupção, longe de mensalinho. Tudo que não quero é que o PSDB se pareça com o PT de hoje – afirmou.

Arthur Virgílio pediu ainda que o artigo publicado ontem pelo jornalista Augusto Nunes, no *Jornal do Brasil*, conste dos Anais do Senado. O senador informou que o comentário do articulista se refere ao fato de o PT “não aceitar críticas” e estar processando o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), por terem afirmado que o PT rouba.



Arthur Virgílio diz que Lula usa máquina pública para se promover e antecipa campanha

Presidente da comissão afirma que primeira semana de março será movimentada pela análise dos dados obtidos com a quebra do sigilo telefônico do secretário de Palocci



Efraim diz que trabalhos devem ser prorrogados se não forem resolvidas algumas pendências, como a quebra de sigilo de Kurzweil

CPI dos Bingos pode prorrogar seus trabalhos após 25 de abril

O senador Efraim Morais (PFL-PB) admitiu a possibilidade de que os trabalhos da CPI dos Bingos sejam prorrogados além da data-limite já fixada de 25 de abril.

A extensão do prazo de funcionamento da CPI pode ocorrer caso não sejam resolvidas, até essa data, pendências como a quebra de sigilo do empresário Roberto Kurzweil, que alugou automóveis ao PT em 2002, e a tomada do depoimento da empresária paulista Nelma Cunha, proprietária da Havaí Câmbio Turismo, de Santo André (SP).

De acordo com Efraim, presidente da CPI, a primeira semana de março será movimentada na comissão. Poderão ainda ser reconvocados Ademirson Ariovaldo da Silva, secretário particular do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em função da análise de dados obtidos com a quebra do sigilo telefônico do assessor, durante o período em que trabalhava na prefeitura de Ribeirão

Preto (SP).

Com informações fornecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a comissão identificou 70 ligações telefônicas entre Ademirson e Marcelo Franzine, ex-diretor da Leão Leão, empresa suspeita de ter pago propina à prefeitura de Ribeirão Preto, ainda na administração Palocci.

O presidente da CPI anunciou que, em encontro que terá com o ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal (STF), logo no início de março, irá explicar a importância da quebra de sigilo do empresário Roberto Kurzweil.

– A insistência da comissão em relação a essa quebra de sigilo reside na importância da elucidação do caso da suposta utilização de dólares procedentes de Cuba na campanha petista de 2002 para o fechamento do relatório final. Se não for possível apresentar um relatório transparente e conclusivo, não nos restará outra saída

a não ser prorrogar os trabalhos. Tenho certeza de que será fácil obter as 27 assinaturas de senadores necessárias para aprovar a providência – explicou.

Efraim disse lamentar que o Banco Central e a Anatel estejam postergando a entrega dos documentos relativos a várias quebras de sigilo já aprovadas. Afirmou que essa demora está atrasando o cronograma de trabalho da comissão porque, segundo ele, não se pode avançar nas investigações sem esses dados.

O senador negou, enfaticamente, que possa haver qualquer tipo de acordo espúrio em relação ao relatório da CPI.

– Nosso interesse, e falo também pelo relator, senador Garibaldi Alves, é chegar à verdade dos fatos. Não estamos fazendo política partidária na comissão. Ela não pode ser transformada em palanque e, se houver qualquer tentativa de acordo, seremos os primeiros a denunciá-lo – garantiu Efraim Morais.

Justiça dos EUA autoriza acesso da CPI a dados sobre conta de Duda Mendonça

A Justiça dos Estados Unidos autorizou ontem, a pedido da Promotoria Distrital da cidade de Nova York, o compartilhamento com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios de provas remetidas ao Ministério da Justiça em novembro de 2005. O compartilhamento deve respeitar os termos do Acordo de Cooperação em Matéria Penal entre

o Brasil e os Estados Unidos.

Os documentos são relativos a contas do publicitário Duda Mendonça, abertas em bancos fora do país. Um exemplo é a conta Dusseldorf, que, segundo o publicitário, foi aberta a pedido do empresário Marcos Valério de Souza para ele receber cerca de R\$ 10 milhões de dinheiro não contabilizado de campanhas

realizadas para o Partido dos Trabalhadores em 2002. Em depoimento na CPI, Valério negou ter recomendado a abertura das contas e feito pagamentos a Duda no exterior. Em nota, na época, o PT afirmou que pagou R\$ 7,085 milhões, declarados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), à empresa de Duda

A decisão judicial resulta de

negociações conduzidas por representantes da CPI dos Correios e dos ministérios da Justiça e das Relações Exteriores junto às autoridades americanas. Com a autorização, a comissão terá acesso aos documentos no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça.

O acesso aos documentos será restrito ao presidente do colegiado, senador Delcídio Amaral (PT-MS); ao relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR); ao sub-relator, deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ); e ao deputado Maurício Rands (PT-PE), conforme combinado com os demais senadores e deputados da comissão (*Agência Brasil*).

Ao comentar artigo da *Folha de S. Paulo* sobre assassinatos de jovens no Rio, o senador afirma que impunidade e desvios político-partidários alimentam a desorganização social

Simon lamenta degradação de valores na sociedade brasileira

Pedro Simon (PMDB-RS) expressou uma visão amarga e desesperançada do futuro do Brasil ao comentar ontem em Plenário o artigo do jornalista Clóvis Rossi "A animalização do país", publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Após a leitura do texto, Simon se disse "chocado" e "machucado" pelo episódio retratado – o assassinato e esquartejamento dos corpos de dois jovens negros no Rio de Janeiro –, observando que o fato traduz a banalização da violência e a deterioração dos valores da sociedade brasileira, inclusive da vida humana.

– Quando acontece um crime brutal como esse, onde se mata, esfaca e expõe corpos e a população dá risada e tira fotos, como



Fotos: Gerardo Magela

Simon se diz "chocado" e "machucado" pela banalização da violência no país

um espetáculo de circo, chegamos à conclusão de que a vida humana e o respeito não valem nada – desabafou.

Na sua opinião, a desorganização, a perda de referências e o abandono de regras de convi-

vência que contaminam a sociedade brasileira são alimentados não só pelas cenas de violência retratadas pela mídia, mas pela impunidade dos agentes públicos acusados de corrupção. Ele também apontou desvios de cunho político-partidário, criticando a antecipação da campanha para a Presidência da República.

– São coisas como essas que estão deteriorando o nosso país. E o que dói é que ninguém quer melhorar. No amargo de sua crônica, Clóvis Rossi falou o que a gente precisa ouvir. Que a gente saiba ler, interpretar e entender. Eu também sou parte daqueles que, por ação ou omissão, permite que as coisas cheguem a esse ponto – reconheceu.

José Jorge: "Lula desconhece regras legislativas"

José Jorge (PFL-PE) criticou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter dito, em discurso na cidade de Parnaíba, no Piauí, que editaria uma medida provisória tratando do Fundeb caso o Senado não aprovasse rapidamente a proposta de emenda constitucional que o instituiu. O senador, que é o relator da matéria (PEC 9/06), disse que o presidente deveria saber que a Constituição não pode ser modificada por meio de medida provisória e recomendou que ele estudasse mais.

– O presidente acha pouco que todas as leis sejam modificadas via medida provisória e agora quer alterar até a Constituição com esse instrumento. Ele mostra desconhecimento total das regras legislativas – ironizou.

O senador opinou que o presidente poderia ter feito curso su-



Para José Jorge, o presidente quer mudar a Constituição por medida provisória

perior enquanto era líder sindical. Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) lembrou que, na época em que Lula era sindicalista, havia uma idéia de que as lideranças populares não precisariam estudar, o que mudou apenas recentemente. Para Heloísa Helena (PSOL-AL), muitos no movimento sindical já tinham a consciência da importância do acesso à educação. Na opinião da senadora, todas as

pessoas têm o sonho de estudar.

Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) relatou a experiência de funcionários do Senado que fazem curso superior como exemplo a ser seguido pelo presidente.

Para José Jorge, o presidente Lula deveria mostrar à população que as pessoas que estudam podem se sair melhor na vida do que aquelas que não estudam.

– O que acaba chegando para as pessoas é que, como Lula não estudou e se deu bem, ninguém precisa estudar – concluiu.

O Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – destinará recursos para o ensino fundamental, ensino médio, pré-escola e educação de adultos. Ele já foi aprovado pela Câmara e agora tramita no Senado.



Mão Santa: "Lula se esqueceu dos trabalhadores e governa para os bancos"

Para Mão Santa, governo prioriza os banqueiros

Ao comentar os lucros recordes que os principais bancos do país vêm anunciando, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não prioriza os trabalhadores, mas os banqueiros. Ele citou em Plenário diversas notícias sobre a alta rentabilidade do setor financeiro, como a publicada ontem pelo jornal *O Globo*, segundo a qual os lucros

dos bancos superam os do setor produtivo.

– Lula se esqueceu dos trabalhadores. Seu governo não prioriza os pobres, mas os banqueiros – declarou.

Para o senador, o atual governo supera o anterior em termos de favorecimento ao setor financeiro.

– Fernando Henrique Cardoso tinha lá sua linhagem neoliberal e implementou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer); mas Lula, em três anos, deu mais dinheiro aos bancos que Fernando Henrique em oito anos – disse.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) lembrou que o lucro líquido de 2005 anunciado pelo Bradesco – de R\$ 5,51 bilhões – representa o maior ganho da história da América Latina para bancos de capital aberto.

– A lucratividade do setor se dá às custas do aprofundamento do projeto neoliberal, com a brutal transferência de renda dos assalariados e do setor produtivo para o capital financeiro – ressaltou.

Valdir Raupp elogia investimentos para melhorar estradas

Em discurso no Plenário, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) parabenizou, ontem, o Ministério dos Transportes e, em particular, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), pelos investimentos que vêm sendo feitos para construção, adequação e recuperação de 54 mil quilômetros de estradas ao longo do país.

Segundo Raupp, graças ao esforço do atual ministro, Alfredo Nascimento, o orçamento do órgão passou de R\$ 2 bilhões, em 2003, para R\$ 6 bilhões, no ano passado. Entre os principais projetos, ele destacou o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança das Estradas – a chamada operação tapa-buracos –, que abrange 23 mil quilômetros, seis mil deles em situação crítica.



Valdir Raupp resalta atuação do Ministério dos Transportes e do Dnit

Estes últimos serão recuperados sem licitação, porque, afirma o senador, precisam de um "tratamento de choque".

Raupp elogiou o Dnit, atualmente coordenado por Mauro Barbosa, pela preocupação do órgão com a excelência dos serviços prestados e com a transparência na contratação das obras, o que tem levado o departamento a firmar parcerias com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com a Controladoria Geral da União (CGU), além de fortalecer seus mecanismos de controle interno.



Segundo Paim, outras três escolas serão abertas no estado até o fim de 2007

Paulo Paim anuncia nova escola técnica no Rio Grande do Sul

Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem a criação de mais uma escola técnica no município de Canoas, no Rio Grande do Sul. A instituição atenderá toda a região metropolitana de Porto Alegre. O senador disse que ainda este ano serão instaladas escolas técnicas em Charqueadas e Passo Fundo e, até o final de 2007, mais uma

na cidade de Júlio de Castilho.

Paim ressaltou a importância do ensino profissionalizante e revelou que a escola técnica de Canoas deverá iniciar as aulas no segundo semestre deste ano. Ele afirmou que, até o final de 2007, serão dois mil estudantes atendidos.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS)

assinou que o ensino profissionalizante possibilita aos jovens deixar o ensino médio com uma perspectiva de trabalho, especialmente em Canoas, município com características de pólo industrial. Sibá Machado (PT-AC) frisou que esse novo modelo de escola técnica adapta-se ao perfil econômico da região onde

é instalada, descentralizando o sistema voltado para atender o parque industrial de São Paulo.

Para José Jorge (PFL-PE), a escola profissionalizante ainda está "engatinhando" no país. Melhor seria, avalia, reforçar a educação básica e utilizar mais os avanços tecnológicos já disponíveis, como o ensino a distância.